



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 DE JUNHO DE 2022

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores em R\$ mil)**

	<u>Notas</u>	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
ATIVO			
Disponibilidades	4	635	1.211
Instrumentos financeiros		6.154.276	4.031.977
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	-	163.102
Títulos e valores mobiliários	5	4.745.198	3.387.002
Operações de crédito	6	1.025.086	303.916
Outros Ativos a Receber	7	383.992	177.957
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(677.850)	(123.427)
Outros créditos		30.388	18
Impostos e contribuições a compensar		30.388	18
Ativos fiscais diferidos	13	205.016	49.740
TOTAL DO ATIVO		5.712.465	3.959.518
PASSIVO			
Instrumentos financeiros		5.472.007	3.830.863
Depósitos	8	4.855.318	3.265.379
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8	548.308	515.919
Outros passivos diversos	9.a	68.381	49.565
Outras obrigações	9.b	6.451	12.423
Impostos e contribuições a recolher		6.451	12.423
Obrigações fiscais diferidas	13	152	46
TOTAL DO PASSIVO		5.478.610	3.843.332
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	465.000	165.000
Capital social		465.000	165.000
Outros resultados abrangentes		227	67
Prejuízos acumulados		(231.372)	(48.880)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		233.855	116.186
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.712.465	3.959.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>
Receita de intermediação financeira		578.409	6.317
Rendas de operações de crédito		317.623	97
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		260.786	6.220
Despesa de intermediação financeira		(284.080)	(5.503)
Despesas com juros e similares		(284.080)	(5.503)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão de operações de crédito		294.329	814
Provisão para perdas associadas a operações de crédito		(554.422)	(252)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11	(260.093)	562
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(42.780)	(1.066)
Despesas de pessoal		(16.055)	-
Outras despesas administrativas	12.a	(788)	(843)
Despesas tributárias	12.b	(13.848)	-
Outras despesas operacionais	12.c	(12.089)	(223)
RESULTADO OPERACIONAL		(302.873)	(504)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(302.873)	(504)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	120.381	211
Provisão para imposto de renda		(21.786)	(13)
Provisão para contribuição social		(13.103)	(13)
Provisão de imposto diferido		155.270	237
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(182.492)	(293)
Quantidade de ações		375.000.000	40.000.000
Prejuízo básico e diluído por ação		(0,49)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
Valores em R\$ mil

	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>
Prejuízo do semestre	(182.492)	(293)
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	160	(42)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	261	(71)
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	(101)	29
Variação de outros resultados abrangentes	160	(42)
Resultado abrangente líquido do semestre	(182.332)	(335)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E 2020
Valores em R\$ mil

	Notas	Capital Realizado	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízo Acumulado	Total
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</u>		40.000	-	(55)	39.945
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	(42)	-	(42)
Prejuízo do semestre		-	-	(293)	(293)
<u>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021</u>		40.000	(42)	(348)	39.610
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</u>	10	165.000	67	(48.880)	116.187
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	160	-	160
Aumento de capital	10	300.000	-	-	300.000
Prejuízo do semestre		-	-	(182.492)	(182.492)
<u>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022</u>	10	465.000	227	(231.372)	233.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

Valores em R\$ mil

	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>
Prejuízo do semestre	(182.492)	(293)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	554.423	252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(155.270)	(237)
Total ajustes de reconciliação	216.661	(277)
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	(1.357.930)	(732.712)
Operações de crédito	(721.170)	(1.120)
Outros créditos e outros ativos a receber	(236.405)	(2.214)
Depósitos	1.589.939	872.628
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	32.390	-
Outras obrigações e passivos diversos	86.094	2.544
Impostos de renda e contribuição social pagos	(73.257)	(44)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(463.678)	138.805
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital Integralizado	300.000	-
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	300.000	-
Diminuição e aumento de caixa e equivalentes de caixa	(163.678)	138.805
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	164.313	42
No final do semestre	635	138.847
DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(163.678)	138.805

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "SCFI") é uma sociedade anônima fechada inscrita no CNPJ 37.679.449/0001-38. A Companhia tem sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903 e pode, por deliberação da diretoria, criar, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior, em conformidade com a legislação aplicável. A Companhia tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis às entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. A Companhia terá como controlador final a MercadoLibre, INC, sediada nos Estados Unidos da América, inscrito no CNPJ: 05.528.233/0001-85.

A Companhia foi constituída em 24 de abril de 2020 e obteve, em 09 de novembro de 2020, a autorização para atuar como instituição de crédito, financiamento e Investimento, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e os pronunciamentos contábeis aprovados pelo BACEN.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para créditos; e iii) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 26 de agosto de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários e derivativos é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SCFI, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

e) Operações de créditos

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço.

f) Provisão para créditos

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pela SCFI é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso, de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos, conforme sua experiência.

g) Depósitos

Os depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos são reconhecidos com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base "pro rata temporis".

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas, levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhecem uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

Em 30 de junho de 2022 a Companhia não possui valores de contingências.

i) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A alíquota vigente para as operações é de 40%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no Patrimônio Líquido.

j) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

m) Resultados por ação

O resultado por ação da Companhia é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações totais no final do semestre.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de Caixa

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Disponibilidades - Depósitos bancários	635	1.211
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (i)	-	163.102
Total	635	164.313

(i) São aplicações em operações compromissadas, sendo operações overnight com prazo médio de vencimento até 30 dias. As operações compromissadas são pré fixadas e possuem taxa fixa entre 8,9% à 9,15%.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os títulos e valores mobiliários foram classificados como "Disponível para Venda":

	<u>30.06.2022</u>		<u>31.12.2021</u>
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	4.493.959	4.493.959	3.260.186
Cédulas de crédito bancário - CCB (i)	4.493.959	4.493.959	3.260.186
Títulos públicos	250.858	251.239	126.816
Letra Financeira do Tesouro - LFT	250.858	251.239	126.816
Total	4.744.817	4.745.198	3.387.002

(i) As cédulas de crédito bancário são emitidas pela parte relacionada Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. Vide nota 14.

(d) Classificação da provisão por fator de risco das operações de crédito:

		30.06.2022		
Nível	%Provisão Mínima	Requerida	Adicional	Total
C	3%	-	-	-
D	10%	(26.700)	(3.973)	(30.673)
E	30%	(40.182)	(22.422)	(62.604)
F	50%	(3)	(1)	(4)
G	70%	(322.601)	(98.692)	(421.293)
H	100%	(163.276)	-	(163.276)
Total		(552.762)	(125.088)	(677.850)

		31.12.2021		
Nível	%Provisão Mínima	Requerida	Adicional	Total
C	3%	(2.335)	(5.441)	(7.776)
D	10%	(6.444)	(1.859)	(8.303)
E	30%	(20.673)	(6.980)	(27.653)
F	50%	(73)	(3)	(76)
G	70%	(64.457)	(14.655)	(79.112)
H	100%	(507)	-	(507)
Total		(94.489)	(28.938)	(123.427)

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos de avaliação das suas operações de crédito. A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente. A provisão requerida segue com base a Resolução 2.682/99 do CMN.

(e) Movimentação da Provisão para Perdas associadas ao Risco de Crédito

	30.06.2022
Saldo Inicial 31.12.2021	(123.427)
Constituições	(554.910)
Baixas	497
Renegociações de crédito	(10)
Saldo Final 30.06.2022	(677.850)

Em 31 de dezembro de 2021 não houve baixa relevante para prejuízo (baixa no período menor que R\$ 1) ou recuperação de crédito.

7. OUTROS CRÉDITOS

	30.06.2022	31.12.2021
Valores a receber – Ligadas (i)	85.384	139.374
Outros créditos (i)	298.608	38.583
Total	383.992	177.957
Outros Créditos - Circulante	383.992	177.957

(i) São constituídos pelos valores a receber com ligadas e outros créditos a receber referente à operações de crédito que estão em processo de liquidação financeira junto aos bancos liquidantes e ligadas.

8. DEPÓSITOS

(a) Composição dos depósitos:

	30.06.2022	31.12.2021
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI	218.219	131.122
Certificado Depósito Bancário - CDB	4.637.099	3.134.257
Letra Financeira - LF	548.308	515.919
Total	5.403.626	3.781.298
Circulante	4.570.952	3.259.816
Não circulante	832.674	521.482

(b) Composição dos depósitos por prazo de vencimento:

		30.06.2022			
		Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)		218.219	-	-	218.219
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii)		1.541.606	2.811.127	284.366	4.637.099
Letra Financeira - LF (iii)		-	-	548.308	548.308
Total		1.759.825	2.811.127	832.674	5.403.626

		31.12.2021			
		Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)		131.122	-	-	131.122
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii)		1.490.804	1.637.890	5.563	3.134.257
Letra Financeira - LF (iii)		-	-	515.919	515.919
Total		1.621.926	1.637.890	521.482	3.781.298

(i) Em 30 de junho de 2022, os certificados de depósitos interfinanceiros são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 106% a 107,6% a.a..

(ii) Em 30 de junho de 2022, os certificados de depósitos bancário pós fixados são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 98% a 150%a.a. e ao índice de preço ao consumidor amplo (IPCA) mais taxa nominal pré fixada que varia entre 5,25% a 7,15%. Os certificados de depósitos pré fixados, as taxas de juros variam entre 7,95% à 14,41% a.a..

(iii) Em 30 de junho de 2022, as letras financeiras são indexados a 100% do percentual da taxa referencial de juros (DI) mais taxa nominal pré fixada que varia de 0,95% à 1,1% a.a..

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PASSIVOS

a) Diversas

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	65.365	45.959
Credores diversos - país	3.016	3.434
Provisão para pagamentos a efetuar	-	172
Total	68.381	49.565

b) Fiscais e previdenciárias

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Impostos e contribuições a recolher	6.451	12.423
Total	6.451	12.423

c) Total de outras obrigações e passivos

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Circulante	74.832	61.988

(i) São constituídos por valores a pagar de curto prazo a entidades ligadas, substancialmente referente a repasse de liquidação da carteira de crédito.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 465.000 representados por 465.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. São assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2021</u>
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda	50,01%	232.546.500	50,01%	82.516.500
Mercadopago, LLC	49,99%	232.453.500	49,99%	82.483.500
Total	100%	465.000.000	100%	165.000.000

Em AGE de 29 de setembro de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$40.000 mediante a emissão de 40.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 21 de outubro de 2021.

Em AGE de 29 de novembro de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$85.000 mediante a emissão de 85.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 23 de dezembro de 2021.

Em AGE de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$300.000 mediante a emissão de 300.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 11 de março de 2022.

11. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	260.786	6.220
Receita de operações de crédito	317.623	97
Despesas com juros e similares de captações no mercado aberto (i)	(284.080)	(5.503)
Provisão para perdas associadas a operações de crédito	(554.422)	(252)
Total	(260.093)	562

(i) Em 30 de junho de 2022, as despesas com o Fundo Garantidor de Crédito são no montante de R\$ 11.701.

12. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Despesa com processamento de dados (i)	(304)	(493)
Despesa com serviços técnicos especializados	(343)	(323)
Manutenção de Software	-	-
Outras despesas administrativas	(141)	(27)
Total	(788)	(843)

(i) Trata-se especificamente de licenças e manutenção com sistemas de processamento de dados.

b) Outras despesas tributárias

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Despesa de contribuição ao COFINS	(11.379)	-
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(1.849)	-
Outras despesas tributárias	(620)	-
Total	(13.848)	-

c) Outras despesas operacionais

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Outras despesas operacionais (i)	(12.089)	(223)

(i) Tratam-se substancialmente de gastos bancários, multas e custos com prevenção a fraude relacionados a operação.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no prejuízo do período.

	30.06.2022	30.06.2021
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(302.873)	(504)
Alíquota vigente	40%	40%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	121.149	202
Efeito de itens permanentes		
Outras adições e exclusões	(768)	9
Despesa de IRPJ e CSLL	120.381	211

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	31.12.2021	Constituição e Realização	30.06.2022
Impostos diferidos ativos sobre:			
PDD	49.198	155.818	205.016
Contas a pagar – provisões	542	(542)	-
Outras Provisões - MTM	(46)	(106)	(152)
Total	49.694	155.170	204.864
Ativo Fiscal Diferido Ativo	49.740	155.276	205.016
Passivo Fiscal Diferido Passivo	(46)	(106)	(152)
Total	49.694	155.170	204.864

c) Prazo de realização do crédito tributário:

	Em 1 ano	Em 5 anos	Saldo
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	204.864	-	204.864

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2022 é de R\$180.895

14. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2022, a SCFI manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	30.06.2022			
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
Ebazar.com.br Ltda.	284	(629)	-	-
Mercadolivre.com Atividades de Internet Ltda.	14.642	(19.296)	-	-
MercadoPago.Com Representações Ltda.	4.837.340	(45.295)	240.945	-
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	-	(145)	-	-
Total	4.852.266	(65.365)	240.945	-

	31.12.2021		30.06.2021	
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
Mercado Pago Instituição de pagamento Ltda	3.399.560	(45.813)	5.281	-
Mercado Crédito Holding Financeira LTDA	-	(146)	-	-
Total	3.399.560	(45.959)	5.281	-

Não houve remuneração paga aos administradores na SCFI no período findo de 30 de junho de 2022.

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais ou apresentam outras desvantagens.

15. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 30 de junho de 2022 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

	30.06.2022			
Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e Valores Mobiliários	251.239	4.493.959	-	4.745.198
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	4.493.959	-	4.493.959
Letra Financeira do Tesouro - LFT	251.239	-	-	251.239
Total	251.239	4.493.959	-	4.745.198

Em 2022 e 2021 não ocorreram transferências entre níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

	31.12.2021			
Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	163.102	-	-	163.102
Letra do Tesouro Nacional - LTN	96.021	-	-	96.021
Letras Financeiras Do Tesouro - LFT	67.081	-	-	67.081
Títulos e Valores Mobiliários	126.816	3.260.186	-	3.387.002
Títulos privados	-	3.260.186	-	3.260.186
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	3.260.186	-	3.260.186
Títulos públicos	126.816	-	-	126.816
Letra Financeira do Tesouro - LFT	126.816	-	-	126.816
Total	289.918	3.260.186	-	3.550.104

16. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução CMN 4.557/17, a Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades das Instituições e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os principais riscos (Liquidez, Crédito, Mercado e Operacional) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados.

A instituição possui uma política corporativa de Riscos, a qual engloba o apetite por risco (RAS) e define a estrutura e as diretrizes a serem adotadas por toda empresa, conforme exigido pelos reguladores locais. O Apetite por Riscos (RAS) é uma definição realizada pela alta administração, de modo a determinar o nível máximo e o tipo de risco que a instituição está disposta a assumir, considerando o nível de gestão de risco atual, para alcançar os objetivos estratégicos.

A gestão de riscos busca identificar, analisar, mensurar, gerenciar e comunicar os riscos financeiros relevantes da Instituição por meio de um conjunto de métricas e limites, combinando modelos complementares de avaliação, buscando capturar uma visão ampla das perdas financeiras ou insuficiência de capital a qual a Instituição está sujeita. A gestão de riscos da Instituição possui uma estrutura de governança e acompanhamento de riscos por meio do estabelecimento do Comitê de Riscos e Compliance.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: I - fraudes internas; II - fraudes externas; III - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; IV - práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; V - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; VI - situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; VII - falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); VIII - Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com Resolução CMN 4.557/17, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos diários para avaliação do nível de liquidez frente os fluxos de caixa futuros em diferentes horizontes de tempo e considerando cenários de estresse ou sistêmicos.

Risco de mercado

Busca mensurar o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos, e dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a gerenciamento do IRRBB e risco de taxa a instituição, utiliza como principais metodologias para gestão do risco a sensibilidade do DeltaEve e o Var Paramétrico. Os resultados são apresentados mensalmente pela área de riscos financeiros através em um dashboard reportado para a alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites de controles são discutidos em reunião com as principais áreas envolvidas, procurando sempre proteger a instituição das volatilidade do mercado que possam afetar sua exposição ao IRRBB.

Risco de crédito

Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: i) ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; ii) à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; iii) às vantagens concedidas na renegociação e iv) à reestruturação de instrumentos financeiros; e. aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência da operações de Cartão de Crédito. A estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, em aderência à resolução CMN 4.677/18, e limites para concessão de crédito à Partes Relacionadas, em aderência à resolução 4.693/18. A estrutura possui também procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos. A gestão de risco de crédito tem como objetivo garantir níveis adequados de exposição creditícia, tanto a nível de contraparte quanto a nível de segmentação e portfólio, buscando minimizar perdas e assegurar uma alocação eficiente dos recursos, proporcionando maior solidez e solvência à Instituição.

Gestão de Capital

Tem como objetivo prever o capital necessário para manter as operações da instituição, assim como para suportar o seu crescimento, por meio de planejamento de fontes de capital, mantendo os valores de Patrimônio de Referência ("PR") e demais limites de capital em valores compatíveis aos requerimentos mínimos estabelecidos. Assim, os limites operacionais para a SCFI em 30 de junho de 2022 ficaram distribuídos conforme abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio de Referência (PR)	233.856	122.399
Nível I	233.856	122.399
Capital Principal	233.856	122.399
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	627.814	312.390
Risco de Crédito (RWA Cpad)	499.537	193.776
Risco Operacional (RWA Opad)	128.277	118.614
PR Mínimo Requerido	50.225	24.991
Margem PR	183.630	97.408
Índice de Basileia	37,25%	39,18%
Margem PR considerando RBAN	164.105	86.240

17. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 30 de junho de 2022, a Companhia não possui valores de resultados não recorrentes.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

A companhia está estudando e elaborando o plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução 4.966 de 25/11/2021 e os impactos desta norma nas Demonstrações Financeiras.

Em AGE de 05 de julho de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$150.000 mediante a emissão de 150.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 03 de agosto de 2022.